

# A Clínica Psicanalítica Durante e Depois do Terrorismo de Estado

Vicente A. Galli

É mais difícil avaliar os impactos produzidos na psicanálise pelas transformações sociais, econômicas, políticas e científicas do que sua contribuição para a cultura

*“Então, só pode nos tranquilizar o enunciado de que o processo cultural é a modificação que o processo vital experimenta sob o influxo de uma tarefa colocada por Eros e incitada por Ananké, a premência objetiva (real); e essa tarefa é a reunião dos seres humanos isolados em uma comunidade ligada libidinalmente.” (Freud, 1930)*

O terrorismo de Estado, definível como “exercício criminoso do poder, mediante a repressão clandestina e à margem de toda norma jurídica” (Strassera-Moreno Ocampo, 1985) gera efeitos em suas vítimas diretas. Efeitos brutais, horrorosos. Ao que se deve acrescentar aquilo que as ditaduras que o praticaram ou praticam conhecem e buscam: o sofrido pelas vítimas diretas atinge claros objetivos de efeito multiplicador na totalidade do tecido social, em toda a população.

Torturas, assassinatos, desapareções, exílios e rapto de crianças são antigas ferramentas de dominação e posse através do pânico. Foram definidas como atos genocidas pela Assembléia Geral das Nações

Unidas em 1948, relacionadas aos crimes do nazismo e a situações anteriores similares — ainda que quantitativamente menores — da história da humanidade. “Atos genocidas são aqueles cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, grupos nacionais, étnicos, raciais e/ou religiosos. São eles: a) Assassinatos de membros do grupo; b) Causar sérios danos corporais ou mentais ao grupo; c) Infligir delibe-

**Vicente A. Galli** — Psicanalista, membro titular em função didática da Associação Psicanalítica Argentina, integrante do Conselho da Presidência da Associação Permanente pelos Direitos Humanos e ex-diretor nacional de Saúde Mental da República Argentina.  
Tradução de Maria Angela Santa Cruz

radamente ao grupo condições de vida calculadas para gerar danos físicos totais ou parciais; d) Impor medidas destinadas a impedir nascimentos no grupo; e) Fazer transferências forçadas de crianças do grupo a outros grupos.” (OUN, 1948.)

Também se pode definir o terrorismo de Estado como a utilização de atos genocidas gerados e dirigidos pelo poder estatal e suas forças de segurança contra habitantes do próprio país.

Os sistemas tirânicos assassinos, que transcendem os métodos habituais e legalizados de controle social, passam a utilizar a aniquilação como instrumento corrente, buscando a amputação de fatores constitutivos dos conflitos sociais como forma concreta de renegação ou rejeição de sua existência. As chamadas “políticas de extermínio” aparecem como tentativas de fazer desaparecer até as marcas de vidas, idéias e instituições inadmissíveis para os arbítrios do poder. Violenta transformação aloplástica do mundo exterior, que arremeda a transformação perceptual autoplástica que o Ego faz nas psicoses quando constrói a representação da realidade com desmentidos primordiais de registros inadmissíveis para a auto-estima e o narcisismo (Freud, 1924).

Nessas formulações, utilizo modelos psicopatológicos para pensar os efeitos em indivíduos e grupos submetidos ao “louco” poder real de sistemas genocidas de governo. Isso pode ter utilidade para entender os apoios inconscientes utilizados por organizações do poder desde muito antes que existissem conceitos psicanalíticos.

Na linguagem popular denominou-se “chupadores” os centros clandestinos de detenção; e “chupados” os que, em operações parapoliciais ou militares, eram “levados” de suas casas, de lugares de trabalho ou da rua. Chupados por uma boca sinistra e onipotente, com vários destinos possíveis.

Regressar como sobreviventes da tortura, quebrados ou não, mas sempre marcados por vivências não compartilháveis (Vignar, 1986). “Branqueados”, quando passavam por lugares de detenção reconhecidos oficialmente e em caráter de detidos políticos. “Desaparecidos”, quando se deixava de ter rastros de seu destino. “Mortos”, quando apareciam seus cadáveres, imputados sempre a choques entre grupos “extremistas” por vinganças ou traições.

Inúmeras vítimas diretas. Seus familiares e amigos. Afetados pela

**A**s chamadas  
“políticas de extermínio”  
aparecem como tentativas  
de fazer desaparecer até as  
marcas de vidas, idéias e  
instituições inadmissíveis para  
os arbítrios do poder.

violentação corporal, pela desapropriação do espaço de privacidade de palavras e pensamentos próprios. Rupturas de identidade. Lutos especiais pelos desaparecimentos que não permitem a diferenciação entre o antes e o depois do vínculo com o amado morto (Braun de Dunayevich-Pelento, 1987); arrasamento das origens da cultura e suas instituições (Freud, 1913). Exílios migrantes, outra forma de desaparecimento por carência de abraços e choros de despedida. Exílios internos, como modo de sobreviver no próprio país, por

desconexão de referentes, grupos e ações anteriores.

Todos os habitantes do lugar em que se dão esses fatos são controlados pelo pânico, ficam vítimas do sistema. O tecido social fica afetado em sua totalidade. A cada confissão real ou suposta de um torturado, calavam milhares de pessoas. A tortura é uma “operação massiva de segregação pelo silêncio” (Gómez Mango, E., 1986). Com os desaparecidos e os exilados desapareceram pedaços e espaços de vida psíquica e histórias de famílias e instituições (Galli, V., 1984). Os sistemas tirânicos assassinos dominam não só pela força das armas, torturas, mortes e desaparecimentos: dominam, além disso, por sua infiltração em todas as relações sociais e intrapessoais, através do efeito intimidatório multiplicado na especularização e repetição de pautas de violência e silenciamento. O terror como “pressão objetiva (real)” (Freud, 1930) passa a formar parte estrutural das condições de intercâmbio, sendo por isso operador efetivo para a conversão de todos em habitantes de um grande campo de concentração. Ninguém está seguro. Não só pelo perigo real de morte que correm os opositores, reais ou supostos, e os detentores do poder que devem encorajar-se para se proteger, mas também porque em todas as organizações sociais circula o poder de matar e o risco de condenação à morte como perigo próprio e como ameaça sobre os demais. Um parente, amigo ou vizinho pode ser delator, voluntário ou não; ou podem ser mortos os que o sujeito comprometa ou delate, ainda que falsamente; paira ameaça sobre os que pode atrair à destruição pela proximidade, se ele realiza ou pensa algo proibido.

Simultaneamente, o discurso do poder se organiza com características de racionalidade e de Recusa da Realidade. Discurso prescritivo de normas e enunciados

imperativos, com vereditos que tornam o curso possível de idéias e ações sem espaço de liberdade para aceitar ou discordar raciocinando (Lavandera, 1985), ocultando informações fundamentais ou mentindo; escamoteando temas de fundo com elementos secundários, banais ou acessórios; repetindo fórmulas simplificadoras e consignas estereotipadas. Discurso dos que aparecem como donos do poder e do tempo; vigilantes da “segurança nacional” que deve ser defendida de diferentes ameaças. Discurso que dá a imagem de ordem sem falhas nem inseguranças, apoiado na tradição de próceres mortos e em noções de “identidade nacional” idealizada e já conseguida em algum passado mítico, do qual seriam os continuadores e resgatadores.

A ameaça, velada nas falas e efetivamente realizada no oculto que se conhece e circula por fora do discurso oficial, é que a todos os que não coincidam com esse discurso sobre a realidade social corresponderão graves sanções. Dupla mensagem confusional: circulação de atos genocidas, carência de direito, desamparo e terror; simultaneamente, discurso do poder como racionalmente protetor. Não fazer nem pensar nada diferente protege a vida; mas lesa silenciosamente, ideais, projetos e auto-estima. Fazer, pensar, opor-se implicam perceber o medo, dor, culpas contraditórias e dificuldade para diferenciar perseguição real de fantasias de perseguição.

Os efeitos psíquicos gerados por um contexto histórico atual com as características descritas são numerosos e complexos. O dilema “alienação ou morte” (Aulagnier, 1979) aproxima-se da problemática psicótica perseguido-perseguidor que define a paranóia. Com uma diferença fundamental: não se trata de um delírio nem para o perseguidor nem para o perseguido. Constituiu-se uma realidade social, que, pela dimensão de ruptura dos referentes organizadores

básicos para as pautas de convivência e pela perversão das legalidades conhecidas, constitui uma catástrofe social (Puget, 1986).

As categorias psicanalíticas habituais são utilizáveis mas insuficientes. Evidenciam-se as carências nas conceitualizações que não incluem o contexto macrosocial atual como causalidade eficaz em permanente sincronia com o histórico, sexual, fantasmático e lingüístico de cada história individual.

Um dos efeitos psicológicos específicos e de grande penetração social é a alienação de pensa-

**D**upla mensagem  
confusional: circulação  
de atos genocidas,  
carência de direito,  
desamparo e terror;  
simultaneamente,  
discurso do poder como  
racionalmente protetor.

mentos, registros perceptivos e projetos de futuro. Corresponde a uma alteração do Eu e do pensamento que equivale a esperar a abolição de todo conflito entre o Eu, seus desejos e os desejos dos outros significativos. Para sua aparição não é necessária uma patologia preexistente; implica recair nas tentações de certeza que sempre espreitam o Eu, sendo imprescindível um conjunto social para que tenha lugar. Das causas que podem motivá-lo, importa ressaltar aqui a que está determinada por viver em sistemas sociais que, por

sua violência excessiva, obstaculizam ou impedem pensar a relação com o poder que o sistema impõe, tanto como as referências identificatórias às quais sujeita. Torna-se difícil acreditar, abarcar e entender a realidade objetiva, que submete a vivências dolorosas cheias de incertezas. Pelo perigo externo e pela posição especular movida como possibilidade ativa no sujeito, ele é quem pode aniquilar, submeter, aterrorizar (Aulagnier, 1979).

Terror e horror se aliam para que a circulação de perigo seja vivida como alheia, distante ameaça para outros. Logo se acrescenta outro passo de recusa da realidade, quando se crê que esses outros não existem nem existiram. As vicissitudes de sua existência e de seu destino engrossam a lista do que deve desaparecer junto com os “NN”<sup>2</sup> dos enterros clandestinos, os que “não existiram” por não ter nome agora, e que ao mesmo tempo são filhos de “mães loucas” que continuam reclamando por eles.

A alienação é um “acidente silencioso” que ocorreu para o pensamento individual e coletivo, com desconhecimento para quem o padece. Pressupõe vivências não nomeadas e registros não aceitos como percepções, substituídas por certezas impostas pelo discurso do poder. Na alienação, o sujeito social não substitui a realidade desprazerosa por uma fantasia como na neurose, nem faz uma reconstrução delirante como na psicose. Toma como válido aquilo que colocam aqueles que, por sua capacidade de submeter, ocupam o lugar de Eu Ideal. A realidade passa a ser definida pelo Poder. Com isso, os sujeitos alienados em suas certezas compartilhadas acreditam estar situados entre os que estão a salvo de toda suspeita e de todo risco. Fundamentalmente, do risco de pensar o terror e de reencontrar percepções cujas dimensões maciças ressoam na história de pré-maturação de todos os huma-

nos, que é a dependência inicialmente absoluta para a sobrevivência e para instituir-se como pessoa no mundo.

Um componente fundamental da alienação é o dano sobre a atividade egóica de investimento da temporalidade e do futuro, enquanto suportes centrais do auto-reconhecimento discriminado (Castoriadis-Aulagnier, 1975). Tarefa permanente para o Eu desde seu advento, fonte permanente de conflito com seus Ideais, ameaça de não-existência ou de fracasso, possibilidade ansiada de maior coincidência com suas aspirações, pentagrama de esperança que se converte em motor permanente de desenvolvimentos diversos. A alienação alcança esses investimentos. A instância tirânica se impõe como dona da vida e da morte no tempo atual e como dona do tempo futuro que o Eu viverá. A obstrução de imaginação em relação à realidade social vai unida a uma obstrução similar sobre um futuro pessoal distinto daquele que a obediência ao poder propõe.

Realidade social com características de catástrofe social que atinge a todos, inclusive os psicanalistas, suas instituições e seus consultórios.

Quando o psicanalista realiza seu trabalho clínico com pessoas psicóticas ou gravemente perturbadas, ainda que comovido em seus suportes identificatórios, pode resgatar-se e reassegurar-se a partir da discriminação entre seu projeto de futuro e seu mundo pessoal e os do analisando. Busca ajudar na representação de catástrofes emocionais ou microsociais acontecidas na infância do sujeito, repetidas de múltiplas maneiras ao longo da vida, sobre as quais constrói interpretações delirantes ou produz sintomatologia psicossomática ou reiteradas atuações destrutivas. O que configura o problema central são experiências originárias inomináveis e irrepresentáveis para o Eu, que não estava desenvolvido na época desses

acontecimentos ou que sofreu perturbações na evolução devido às condições de seus objetos-suportes iniciais. “Experiência original de sofrimento primitivo” (Winnicott, 1974), ou “excesso de violência do discurso do porta-voz ou do casal parental” (Castoriadis-Aulagnier, 1975) são histórias que vão aparecendo trabalhosa e dolorosamente quando os tratamentos psicanalíticos que funcionam adequadamente podem reconstruí-las, buscando desvencilhar as tentações de encobrir com fachada psiconeurótica o que corresponde a trans-

**A** obstrução de imaginação em relação à realidade social vai unida a uma obstrução similar sobre um futuro pessoal distinto daquele que a obediência ao poder propõe.

tornos mais graves de estruturação. Nesses tratamentos, aparecem regularmente manifestações de temor à catástrofe ou ao desmoronamento quando se avançou o suficiente para entender uma “estranha classe de verdade: o que ainda não foi experimentado e se teme como futuro é algo que já ocorreu no passado” (Winnicott, 1974). Busca-se construir uma lembrança de algo que não aconteceu, embora até possa ter lhe acontecido em sua história identificatória. A única maneira de produzir esse “recordar” consiste em

que o analisando experimente e perceba, pela primeira vez, esses fatos do passado no presente transferencial. Assim poderá esquecer-los e recuperar seus efeitos nos fracassos do recalcamen-to, mas agora ligados a representações verbais e reminiscências de sentimentos percebidos.

Períodos difíceis em que muitos tratamentos fracassam, são interrompidos ou se tornam triviais e diretivos. A aparição do histórico catastrófico na atualidade transferencial se expressa com intensas manifestações de violências e reprovações nunca formuladas, sofrimentos e descobertas que vão se inscrevendo com matizes idiossincráticos para cada dupla. O traumático, por excesso de estímulo ou por carência, mais a insuficiência egóica da criança na época de dependência ou morte, vai se elaborando por fragmentos como realidades atuais. Períodos de trabalho do clínico em que, nitidamente, o analista tramita retornos e repetições de seus próprios suportes identificatórios originários.

Quando o psicanalista trabalha no campo clínico do horror atual — com torturados, sobreviventes dos campos de detenção, familiares de desaparecidos, ou com qualquer outro coabitante do “campo de concentração” —, a catástrofe é atual e não há garantia fantasmática ou experimental anterior que gere reminiscências reasseguradoras e discriminadas. Tampouco sabe se sobreviverá, se deverá exilar-se ainda que não queira, ou se continuará pensando. Analisar, nessas condições, é encontrar-se no campo clínico com os efeitos que a realidade contextual gera para ele mesmo, para seus seres queridos, para suas instituições. Esse é o lugar onde se originam as discussões e enfrentamentos sobre se as realidades sociais pertencem ou não ao campo da psicanálise; discussões que geraram e continuarão gerando reformulações sobre a responsabilidade social do psicanalista e sobre

os componentes particulares da ética da veracidade em cada tempo-espaco histórico particular.

O analista e o analisando incluídos em uma mesma realidade social que rompe referentes reassseguradores habituais têm seus mundos superpostos (Wender-Puget, 1984). Inseguranças, perseguições reais e sobrecarga de fantasmas infantis de dependência ou morte, desconfianças sobre a permanência do segredo constitutivo do quadro, dificuldade para diferenciar silêncios necessários de silêncios cúmplices, do falar para unir-se e entender ou falar como violentação torturada; de dar nomes a sentimentos para os quais não se encontram homólogos. Ambos podem se complementar para a interrogação e registro parcial do horroroso. Ou podem aliar-se para o percurso moroso e exclusivo de reconstruções infantis que colocam tudo no regressivo, ou em idealizadas teorizações atemporais. Como em tantos pares de opostos, no meio, a ampla gama de vaivens que a clínica valida enquanto não se torna estereotipada.

Ajudar psicanaliticamente a vítimas diretas do terrorismo de Estado dependeu e depende de opções pessoais do terapeuta. Por posição político-ideológica prévia, por decisão posterior estimulada por situações de pessoas que já estavam em tratamento ou em consultas novas com demanda manifesta centrada em outros sofrimentos, ou por metabolização pessoal do impacto global da época especial (Braun de Dunayevich-Pelento, 1987; Vignar, 1986; Gómez Mango, 1986; Kordon-Edelman, 1986; Balneario Solis, 1986; etc.).

Do que não fica isento nenhum psicanalista é de ter sido influenciado e ter ficado com marcas por habitar no "campo de concentração". O que tem ressonância sobre a maneira em que se tornou pessoa no mundo e como construiu as representações sobre

o social, atualizadas permanentemente ao trabalhar psicanaliticamente com outros coabitantes do mesmo lugar, submetido a similares induções alienadoras. Foram e são tarefas específicas fazer com que não desapareçam pedaços de psiquismo junto com os mortos sem tumba, ou recuperá-los se se perderam; manter a capacidade de investir o futuro pessoal e dos seres queridos sem submetimentos e sem fusão com o projeto dado pelo poder a partir de usurpações e monopólios excessivos. Inevitavelmente implica registrar

A alienação é acidente silencioso do pensamento produzido pelo terror. Reconhecê-la e superá-la não é possível sem perceber a dor do perdido, o medo sofrido, os projetos amputados.

medos e riscos, rupturas e desconcertos; valorizar fragilidades e retornos narcisistas como forma de resgatar experiências e vínculos em situações anteriores de crises e descalabros; suportar as mesclas de querer saber com os anseios de deixar de sentir e existir para evitar percepções de ódio e terror.

Também são tarefas atuais nestes últimos anos a recuperação da organização democrática e o reconhecimento oficial do horror através dos julgamentos dos responsáveis máximos dos atos genocidas.

A época de catástrofe passou. Perduram efeitos em todas as instituições sociais. Agora vai sendo possível entender e dar conta de diferenças entre o tempo do terrorismo de Estado e o tempo presente. Há manifestações evidenciáveis em todas as instituições sociais; por isso, também na clínica psicanalítica. A recuperação do que foi alienado, movida e ajudada pelo contexto social de transição do autoritarismo para novas formas de legalidade e democracia, atualiza sofrimentos e desesperanças passados, que naquele momento não puderam se registrar. A alienação é acidente silencioso do pensamento produzido pelo terror. Reconhecê-la e superá-la não é possível sem perceber a dor do perdido, o medo sofrido, os projetos amputados. Sem trabalhar os efeitos e permanências das submissões, violências e distorções éticas.

Na clínica psicanalítica surgiu um observável que é visível em outras produções sociais: o temor de perder o terror (Galli, 1984). Temor de perder o terror como silêncio alienado do pensamento e temor a sua aparição como vivência atual originando representações e sofrimentos novos. Supostamente, promovendo também esperanças e criatividade perdidas.

Ainda que não possamos construir conceitualizações mais precisas, utilizar equivalências dos conhecimentos clínicos sobre o temor ao desmoronamento ou à catástrofe do microcosmo individual e pretérito das psicoses vem sendo uma representação auxiliar útil para entender as dificuldades de percepção da catástrofe macro-social recente e compartilhada por toda a população.

Trabalhar psicanaliticamente durante e depois do terrorismo de Estado é uma prova de veracidade de nossas práticas e bagagens conceituais. Também de seu grau da coincidência com necessidades sociais que podem carecer de demanda manifesta. Como tal, amplo campo de investigação.

## Sobre o Futuro dos Psicanalistas

A psicanálise está perto de comemorar um século de existência. O campo de conhecimentos abertos por Freud, que já não é novo cronologicamente, sustenta-se pela reformulação permanente de sentido que orienta e entrelaça produção teórica, investigação, práticas clínicas e aplicações.

Nós, psicanalistas, identificamo-nos por pertinências a grupos, diferenciáveis por pequenos ou grandes matizes, encontros, doutrinas e estilos. Nossos instrumentos conceituais nos permitem buscar explicações para as divergências e interpretar selvagememente o que consideramos desvios dos outros. Quando estudamos essas discussões e seus motivos, assistimos assombrados à densidade e sutileza dos desenvolvimentos que conseguimos; mas também nos encontramos com reações de estupor diante das reiterações e circularidades que geram uma atmosfera de entropia e desalento. Ainda as posições doutrinárias e institucionais que o século foi vendo aparecer como renovadoras e vivificantes podem ser convertidas em mitos geradores de adesões similares às religiosas.

Estamos acostumados a valorizar e descrever o que a psicanálise vem contribuindo, até agora, para a cultura. Mas é mais difícil avaliar os impactos produzidos na psicanálise pelas transformações sociais, econômicas, políticas e científicas do século. Também não é fácil avaliar os tributos pagos pela legitimação social de nossa existência e pela inclusão da atividade como exercício profissional regulado pelas condições do mercado de serviços. Ao nosso mal-estar acrescenta-se a pouca permeabilidade que temos para utilizar sistemas explicativos de outras disciplinas para enriquecermo-nos na compreensão de nosso papel social e das formas de organização institucional.

Os isolamentos assinalados, tendenciais e não absolutos, seguramente têm a ver com a facilidade com que teorias e protocolos clínicos podem ser utilizados sem levar em conta macro-contextos ambientais e momentos históricos específicos. Perfil que, ainda que valide a universalidade de paradigmas e métodos de aplicação, desperta a suspeita de negações ou ocultamentos de raiz ideológico-profissionalista.

A catástrofe social vivida nos ajudou muito para incrementar a consciência dessas limitações e

**O** que acontecerá com as pessoas que, aplicando o método psicanalítico, continuam processando contextos históricos variados no mundo que habitamos, com suas transformações permanentes e aceleradas?

buscar caminhos alternativos para novos problemas o que necessariamente gera efeitos na totalidade de nosso trabalho.

Pensar no século de existência remete tanto a distintos passados como a perguntas sobre o futuro. Como seremos? Como serão os psicanalistas do século XXI? O que acontecerá com as pessoas que, aplicando o método psicanalítico, continuam processando contextos históricos variados no mundo que habitamos, com suas transformações permanentes e aceleradas?

Uma das tentações, evidentes

nas produções psicanalíticas de qualquer região, é deixar de ser trabalhado pela clínica, para passar a aderir a sistemas significantes super-valorizados, à maneira de curas rituais. Outra tentação é oposta à anterior: utilizações oportunistas de eixos valorativos e conceitos de outros campos do conhecimento, importados sem transformação nem elaborações indispensáveis. Ideologizações não desveladoras, sociologismos e politicismos nos quais se perde a espessura específica do campo conceitual próprio. Oscilando entre esses pólos, a psicanálise produziu um amplo leque de criações e descobertas que são contribuições fundamentais para os desenvolvimentos do século XX. Instrumentos para interrogações sobre o homem e para tratamentos eficazes de sofrimentos psíquicos, que abriram grandes possibilidades de aplicação, ainda que não respondam a necessidades sociais majoritárias.

As experiências de terrorismo de Estado, compartilhadas por vários países latino-americanos, tornaram mais forte o registro impositergável da influência da trama social atual na dialética psiquismo individual-organizações culturais. Portanto, a sua vigência no campo clínico. Muitos psicanalistas assim o entendemos. Outros não concordam que esses fatores produzem nosso campo de trabalho e reflexão.

Voltando à pergunta sobre como seremos os psicanalistas do século XXI, proponho um modelo de polarização exagerada, que na caricatura de seus traços pode ajudar a pensar o problema.

De um lado estarão os que continuarão se desenvolvendo em institucionalizações circulares, sustentados por modelos teóricos e traços de identidade idealizados, utilizadores do campo clínico como lugar para sua confirmação e validação. Serão os confirmadores de teorizações, a quem importará o impacto da psicanálise so-

bre a cultura, medido pela quantidade de giros semânticos próprios que se expandem.

De outro lado, os que entendem a psicanálise como teorias e práticas específicas sobre o funcionamento psíquico, que ao mesmo tempo elaboram realidades sociais e são trabalhadas por elas. Com matizes, diferenças e características idiossincráticas em cada tempo e lugar. A estes entusiasmará que o projeto terapêutico se desenvolva criativamente com um método no qual o analista se põe em jogo, corre riscos e se transforma. Para eles, as teorias serão instrumentos riquíssimos mas não sacralizados; ser analista, uma aventura que se reconstrói, oscila, retrocede ou cresce em cada ato.

Para eles, será muito importante a presença da psicanálise nas culturas como aporte de conhecimentos e produtor de mudanças nos grupos humanos pela busca da verdade e saída das repetições. Mas considerarão muito importante a influência da história e o presente social da psicanálise. Seguramente valorizarão as transformações e as diferenças que no analista, em suas instituições e em seus interesses, gerem os contextos históricos específicos em que vivem e participam. Reconhecer-se-ão como elaboradores de culturas<sup>2</sup>.

## NOTAS

O texto acima reúne duas partes do capítulo "Trabalho Clínico, Terrorismo de Estado e o Futuro dos Psicanalistas", Vicente A. Galli; 1987, Buenos Aires, publicado em "Violência de Estado y Psicanalisis", Bibliotecas Universitárias del Centro Editor de America Latina, Buenos Aires, 1991

1. N.T. — Abreviatura popularizada na Argentina nos anos de ditadura, que designava os mortos pela repressão, não identificados.

2. A formulação "elaborando cultura" foi trazida por Ariel Dorfman enquanto trabalhávamos em um dos grupos do "Seminário Internacional sobre Conseqüências da Repressão no Cone Sul" (Balneário Solís, 1986).